

Ano Bispo 
 

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

4º trimestre 2019
Contas finais

Ana Brito
13
A
A

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Económico-Financeiros

3. Indicadores Comerciais

4. Investimentos

5. Eficiência Operacional

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2019

Demonstração de Resultados	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Venda de subproduto	mEur	7	7	8	8	30	32	0 ▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	20 796	20 787	20 786	20 816	83 186	82 232	83 168 ▲
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	2 511	4 637	3 767	3 750	14 664	9 139	33 502 ▼
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-4 096	-4 472	-2 514	-2 001	-13 083	-14 098	-12 104 ▼
Volume de Negócios	mEur	19 218	20 959	22 047	22 572	84 797	77 304	104 566 ▼
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 717	- 619	-1 032	- 764	-3 132	-2 823	-2 820 ▼
Serviços de Construção (IFRIC 12)	mEur	-2 511	-4 637	-3 767	-3 750	-14 664	-9 139	-33 502 ▲
Margem Bruta	mEur	15 990	15 703	17 249	18 058	67 000	65 343	68 245 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-5 888	-6 569	-7 475	-7 571	-27 502	-25 573	-24 749 ▼
Gastos com pessoal	mEur	-2 769	-2 498	-2 678	-2 897	-10 842	-10 090	-11 299 ▲
Amortizações	mEur	-4 946	-4 947	-4 949	-5 503	-20 345	-19 938	-20 323 ▼
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	0	6	1	7	12	0 ▲
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 236	- 159	- 169	- 215	- 780	- 669	- 691 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	1 187	1 187	1 188	1 183	4 745	4 768	4 721 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	123	260	18	98	499	525	536 ▼
Resultados Operacionais	mEur	3 461	2 977	3 190	3 154	12 782	14 377	16 439 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-1 994	-1 991	-1 966	-1 948	-7 899	-8 178	-8 254 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	212	237	216	242	907	1 087	930 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-1 782	-1 755	-1 749	-1 706	-6 992	-7 091	-7 324 ▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 679	1 222	1 441	1 449	5 790	7 286	9 116 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 415	- 183	- 417	- 498	-1 512	-1 778	-3 165 ▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	1 264	1 039	1 024	951	4 278	5 508	5 950 ▼

Indicadores de Resultados	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	7 557	7 449	5 704	5 156	25 865	28 475	28 543
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	11 315	11 209	9 459	9 475	41 458	43 634	44 146
Margem EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	43,7%	37,8%	36,9%	45,5%	49,8%	53,0%	53,1%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	128,6%	132,0%	172,3%	178,9%	151%	135,4%	135,6%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 4º trimestre de 2019, constantes do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2019-2021, revisto e submetido a aprovação da Tutela em julho de 2019.

A revisão ao PAO2019 decorre da apreciação efetuada pelo Ministério das Finanças, através da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), à versão inicial submetida à Tutela em outubro de 2018.

O PAO2019 foi aprovado por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro em 10 de outubro de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

4,3 M€

O Resultado Líquido ascende a 4,3 milhões de euros, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos ser menor em 2019 do que a prevista em orçamento.

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Remuneração acionista 4T2019		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2018	mEur	344	344
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2018	mEur	619	619
Capital a remunerar	mEur	114 147	114 147
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	3,75%	5,20%
Remuneração	mEur	4 278	5 950

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o DRG gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva.

A eficiência é previamente estabelecida pela ERSAR, mediante a definição de métricas associadas a diversas naturezas de gastos.

A eficiência produtiva dos anos anteriores, 2017 e 2018, foi integralmente aprovada pelo Regulador.

No que respeita a 2019, a Tejo Atlântico submeteu no final de janeiro/2020 à aprovação da ERSAR, conforme termos estabelecidos, o desvio de recuperação de gastos superavitário apurado, no valor de 13,1 milhões de euros.

Considerando que a diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais, corresponde ao desvio de recuperação de gastos (DRG), acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos, tem-se a dezembro um RL sem desvio de 14 milhões de euros e um DRG superavitário de 13,1 milhões de euros, conforme se demonstra no quadro infra.

Desvio de Recuperação de Gastos 4T2019		Real	PAO
Resultado Líquido sem desvio	mEur	13 990	14 834
Remuneração Acionista	mEur	4 278	5 950
Desvio de Recuperação de Gastos Líquido	mEur	9 712	8 884
Ajustamento da taxa de imposto	mEur	15	0
Taxa de imposto	%	25,65%	26,60%
Desvio de Recuperação de Gastos Bruto	mEur	13 083	12 104

Comparativamente ao orçamento a variação do DRG tem subjacente a variação em baixa da taxa de remuneração acionista e a redução da taxa de derrama, por via do efeito dos impostos diferidos.

VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)

84,8 M€

A Prestação de Serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tais como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

No que respeita ao rédito (IFRIC12), a variação face ao orçamento é inerente à variação do investimento realizado. Como este teve um aumento significativo na previsão do período sem acompanhamento no concretizado, tem-se um efeito de redução no VN efetivo.

Adicionalmente, a variação do VN apresenta ainda o efeito da variação do DRG, conforme explicitado no ponto anterior.

GASTOS OPERACIONAIS

62,6 M€

Os Gastos Operacionais (GO) sem o efeito da IFRIC12, ascendem a 62,6 milhões de euros, evidenciando um incremento de cerca de 5% face ao valor orçamentado. Na base desta variação está essencialmente o aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

As amortizações, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com Pessoal são os gastos que contribuem mais significativamente para a formação dos GO.

Os Gastos com Pessoal ascendem a 10,8 milhões de euros, apresentando uma realização 4% abaixo do orçamentado. Para esta situação contribuiu o desfasamento temporal verificado na concretização das admissões face ao previsto em orçamento. No período foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no valor de um milhão de euros.

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

4,7 M€

O subsídio ao investimento reconhecido no exercício está conforme com o montante orçamentado.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

0,5 M€

Os valores mais significativos respeitam a subsídios obtidos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, e do fundo ambiental ao projeto "Fábrica de Água - uma nova geração de recursos, no âmbito do programa de apoio "Educar para uma economia circular", venda de energia e ganhos em sinistros.

RESULTADO FINANCEIRO

(7,0) M€

O resultado financeiro é negativo em 7,0 milhões de euros. Para a sua formação contribuíram 0,9 milhões de euros de ganhos e 7,9 milhões de gastos, na sua maioria decorrentes de juros de empréstimos BEI.

4.º Trimestre 2019

Amo Buro
4.º Trimestre 2019

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre						Acumulado
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	538 868	534 835	532 357	516 310	516 310	545 815	540 261 ▼
Ativo intangível	mEur	454 589	454 965	454 919	447 216	447 216	456 009	462 114 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	200	184	185	205	205	205	954 ▼
Ativo sob direito de uso	mEur	0	0	0	1 091	1 091	0	0 ▲
Desvios de recuperação gastos	mEur	22 782	18 310	15 796	13 794	13 794	26 878	14 774 ▼
Fundo reconstituição capital	mEur	8 448	8 449	8 451	7	7	8 447	8 447 ▼
Impostos diferidos ativos	mEur	52 849	52 927	53 007	53 226	53 226	52 857	53 972 ▼
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	0	0	0	771	771	1 420	0 ▲
Ativos correntes	mEur	111 713	106 340	106 794	112 746	112 746	104 845	90 833 ▲
Clientes	mEur	19 929	19 436	19 459	12 444	12 444	17 464	15 586 ▼
Disponibilidades	mEur	50 757	37 627	56 076	81 614	81 614	42 261	34 235 ▲
Outros ativos correntes	mEur	41 027	49 278	31 259	18 688	18 688	45 121	41 013 ▼
Total do Ativo	mEur	650 581	641 175	639 151	629 057	629 057	650 660	631 094 ▼
Capital Social	mEur	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521 =
Reservas e outros ajustamentos	mEur	344	619	619	619	619	344	619 ▼
Resultados transitados	mEur	5 880	0	0	0	0	372	0 =
Resultado líquido	mEur	1 264	2 303	3 327	4 278	4 278	5 508	5 950 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	118 494	113 928	114 953	115 903	115 903	117 230	117 576 ▼
Passivos não Correntes	mEur	504 042	499 852	497 403	486 491	486 491	506 889	484 961 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	220 664	217 333	215 911	212 066	212 066	222 087	214 797 ▼
Passivos por locação	mEur	0	0	0	710	710	0	0 ▲
Subsídios ao investimento	mEur	133 778	132 594	131 386	130 369	130 369	134 948	130 227 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	126 245	127 269	128 294	122 002	122 002	125 248	118 053 ▲
Outros passivos não correntes	mEur	23 356	22 655	21 813	21 344	21 344	24 606	21 883 ▼
Passivos Correntes	mEur	28 046	27 395	26 795	26 662	26 662	26 540	28 558 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	9 218	9 417	9 484	10 117	10 117	9 150	8 252 ▲
Passivos por locação	mEur	0	0	0	396	396	0	0 ▲
Outros passivos correntes	mEur	18 828	17 978	17 311	16 149	16 149	17 390	20 305 ▼
Total do Passivo	mEur	532 088	527 247	524 198	513 153	513 153	533 430	513 518 ▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	650 581	641 175	639 151	629 057	629 057	650 660	631 094 ▼

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre						Acumulado
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue ⁽¹⁾	mEur	413 126	409 949	412 167	405 005	405 005	409 437	403 564
Autonomia Financeira	%	18%	18%	18%	18%	18%	18%	19%
Liquidez Geral	n.º	4,0	3,9	4,0	4,2	4,2	4,0	3,2
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Fundo de Maneio	mEur	83 667	78 945	79 999	86 084	86 084	78 305	62 276
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue ⁽¹⁾	%	1,8%	3,7%	5,0%	6,4%	6,4%	7,0%	7,1%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	1,1%	2,0%	2,9%	3,7%	3,7%	4,7%	5,1%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,2%	0,4%	0,5%	0,7%	0,7%	0,8%	0,9%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total atingiu os 629,1 milhões de euros, representando o ativo intangível líquido um total de 447,2 milhões de euros.

O ativo sob direito de uso no valor de 1,0 milhão de euros decorre da adoção da IFRS 16 - Locações, que teve como maior impacto o registo em balanço dos contratos de locação e a apresentação em resultados da amortização e dos juros do passivo da locação. O registo do ativo teve por contrapartida o reconhecimento da dívida em passivos por locação.

O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 13,8 milhões de euros, traduzindo na sua evolução uma redução de 7% para o orçamentado.

A dívida de Clientes ascende a 12,4 milhões de euros formados por:

	(milhares de euros)
Clientes municipais	10 789
Clientes privados	77
Acordos de pagamento	612
Imparidade	- 18
Saldos credores trf. p/ passivo	984
	<u>12 444</u>

Os outros ativos correntes no total de 18,7 milhões de euros são compostos maioritariamente por empréstimos concedidos (14 milhões de euros), por Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros).

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2018, aprovada em Assembleia Geral de abril de 2019, em que o pagamento de dividendos incluiu os valores relativos a ações próprias de 2017 e de 2018, na proporção da percentagem de detenção de capital de cada acionista.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

4.º Trimestre 2019

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	229 882	226 750	225 395	222 184	222 184	231 237	223 050
Médio e Longo Prazo	mEur	220 664	217 333	215 911	212 066	212 066	222 087	214 797
BEI	mEur	221 970	218 615	217 168	213 300	213 300	223 417	214 797
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 306	-1 282	-1 258	-1 233	-1 233	-1 330	0
Curto Prazo	mEur	9 218	9 417	9 484	10 117	10 117	9 150	8 252
BEI	mEur	9 218	9 417	9 484	10 117	10 117	9 150	8 252

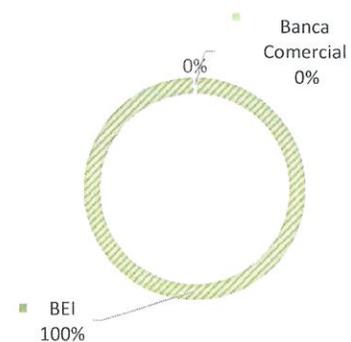
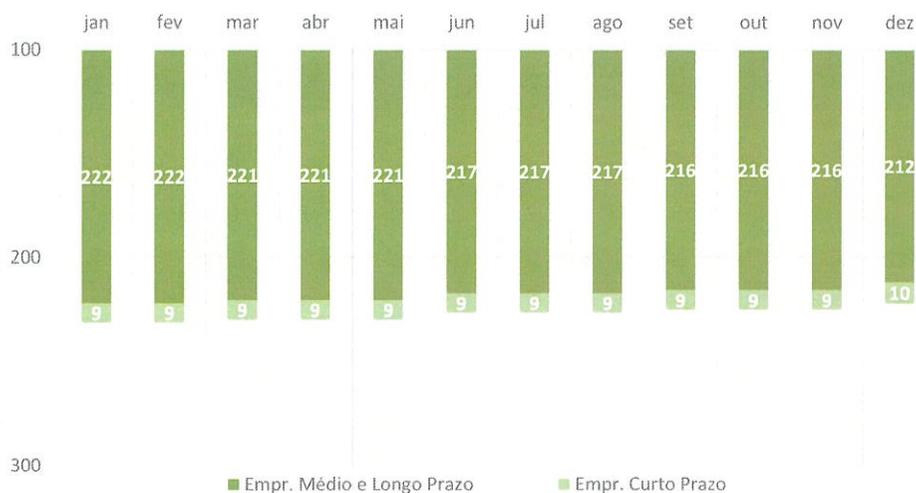
Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	229 882	226 750	225 395	222 184	222 184	231 237	223 050
Debt to equity	%	194%	199%	196%	192%	192%	197%	190%
Net Debt - Endividamento líquido⁽¹⁾	mEur	133 676	134 674	133 868	126 563	126 563	139 929	139 767
Net Debt to EBITDA⁽¹⁾	n.º	3,0	4,5	3,1	3,1	3,1	3,2	3,2
PMR - Prazo Médio de Recebimentos⁽³⁾	dias	61	58	58	51	51	61 ⁽²⁾	60
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	57	57	51	48	48	58 ⁽²⁾	48

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Indicador auditado no final de 2018.

³ Indicador recalculado.

Endividamento MEur



DÍVIDA FINANCEIRA 222,2 ME

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No quarto trimestre foram amortizados 3,2 milhões de euros de dívida, o que perfaz um total de 9,4 milhões de euros amortizados no ano.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 126,6 ME

A formação do Endividamento Líquido engloba o valor dos empréstimos e o conjunto de disponibilidades existentes, onde se inclui o empréstimo concedido à Holding, que no final do exercício ascende a 14,0 milhões de euros.

No orçamento foi estimado um empréstimo à Holding de 46 milhões de euros.

A variação positiva do indicador Net Debt para o orçamentado, resulta essencialmente do nível de disponibilidades efetivas ser superior às previstas.

3. INDICADORES COMERCIAIS

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,5	45,5	45,5	45,6	182,2	182,9	181,8
Volume de atividade - saneamento	Mm³	45,5	45,5	45,5	45,6	182,2	182,9	181,8
Volume de Negócios⁽¹⁾	mEur	20 803	20 794	20 795	20 824	83 215	82 264	83 168
Volume negócios - saneamento	mEur	20 803	20 794	20 795	20 824	83 215	82 264	83 168
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total ⁽²⁾	mEur	18 999	18 478	18 493	12 249	12 249	17 919	15 820
Dívida vencida total	mEur	4 333	5 567	5 378	1 056	1 056	4 572	0
Acordos de pagamento ⁽³⁾	mEur	1 687	1 618	1 517	1 384	1 384	2 341	0
Injunções	mEur	1 838	1 838	1 838	0	0	1 838	0

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos da ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 376	45 400	45 394	45 485	181 655	182 303	181 571
Sistema da Grande Lisboa	mm³	39 954	39 954	39 954	39 954	159 816	160 681	159 916
Sistema do Oeste	mm³	5 422	5 446	5 440	5 531	21 838	21 622	21 655
Total de efluentes faturados Outros	mm³	160	114	152	140	567	572	220
TOTAL	mm³	45 536	45 515	45 546	45 625	182 222	182 875	181 791

Dívidas de Utilizadores*		2019						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	12 172	1 028	9 380	1 384	.	381	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

12,2 ME

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 12,2 milhões de euros, dos quais 1,0 milhão de euros é dívida vencida.

A redução da dívida vencida neste trimestre decorreu essencialmente do recebimento do valor do Município de Torres Vedras, reembolsado pelo Tribunal na sequência da homologação do acordo de transação por sentença transitada em julgado.

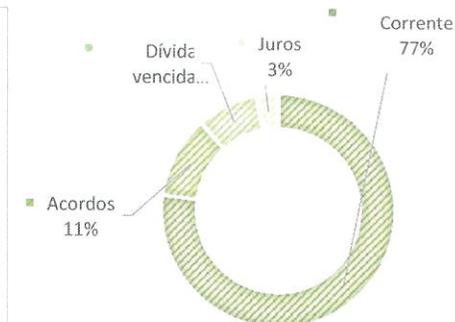
O restante da dívida vencida é composto por dívidas pontuais e sem relevância, pois os clientes pagam sem atrasos significativos.

ATIVIDADE

182,2 Mm³

O caudal de água residual faturado foi de 182,2 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.



4. INVESTIMENTOS

4.º Trimestre 2019

Investimento	mEur	Valor Trimestre				2019	Per.homól.	Acumulado Orçam.
		1º T	2º T	3º T	4º T			
Investimento	mEur	2 525	4 084	3 858	5 204	16 229	9 170	34 372
Saneamento ⁽¹⁾	mEur	2 511	4 637	3 835	5 160	16 143	9 139	33 502
Estrutura	mEur	14	5	23	44	86	31	871

¹ Investimento sem dedução de abates.

INVESTIMENTO

16,2 ME

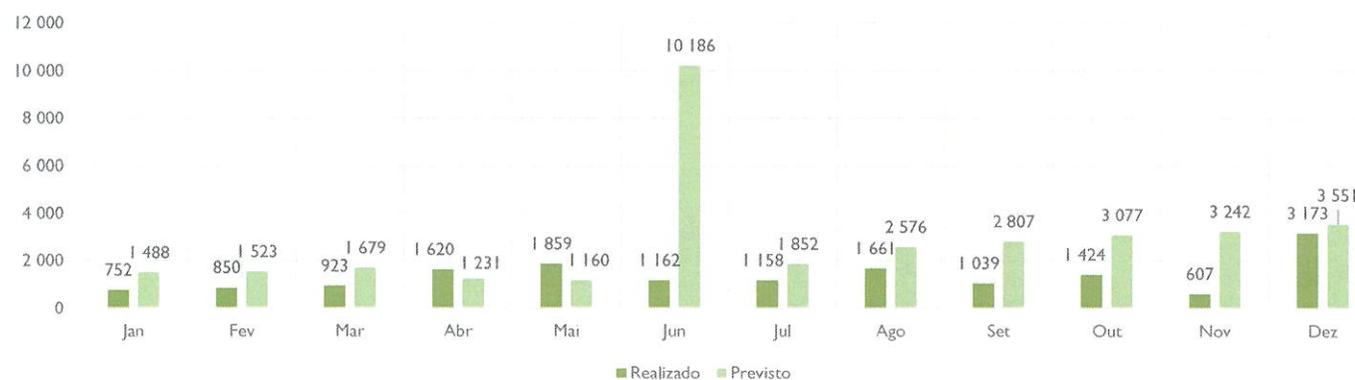
A realização de investimento mantém-se reduzida face ao orçamentado, com um desvio de 53%.

Esta situação denota o efeito do investimento avultado previsto para o mês de junho/2019, essencialmente em equipamento básico, que não teve correspondência na execução efetiva do ano.

A realização no período tem como investimentos mais significativos as obras de beneficiação da ETAR de Beirolos, remodelação da ETAR da Maceira, de remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos, de construção dos emissários gravíticos do Carvalhal, de reabilitação do emissário de Caparide e investimentos de reparação de infraestruturas, ETAR e EE.

O investimento conta ainda com uma capitalização de gastos do exercício no total de 1,1 milhões de euros.

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



Investimento específico para acompanhamento ⁽¹⁾	Início Real/Previsto ⁽²⁾	Conclusão Prevista ⁽²⁾	mEur	Execução Acumulada ⁽³⁾				Execução Prevista ⁽³⁾ 2019	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ⁽³⁾	
				Anterior	1º T	2º T	3º T				4º T
1 Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I	out/18	dez/20	mEur	360	19	634	1 633	2 812	2 375	118%	5 344
2 Forneç. montagem de tamisadores - Alcântara, Chelas e Beirolos	nov/18	out/19	mEur	0	0	909	1 010	1 010	808	125%	1 010
3 Construção dos emissários gravíticos - Carvalhal	nov/18	ago/19	mEur	104	221	483	663	880	725	121%	967
4 Emissários gravíticos e sistemas elevatórios - Ericeira Fase II	nov/18	ago/20	mEur	136	58	262	602	734	671	109%	1 118
5 Const.sist.elevatórios - Moledo, Feteira, Reguengo Pq., Pena Seca	abr/19	mai/20	mEur	6	0	92	320	673	656	103%	875

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Datas conforme PAO2019.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

4.º Trimestre 2019

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				2019	Per.homól.	Acumulado
		1º T	2º T	3º T	4º T			Orçam.
EBITDA ⁽⁴⁾	mEur	8 407	7 924	8 139	8 657	33 127	34 315 ▼	36 762 ▼
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	mEur	11 315	11 209	9 459	9 475	41 458	43 634 ▼	44 146 ▼
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	717	619	1 032	764	3 132	2 823 ▲	2 820 ▲
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	5 888	6 569	7 475	7 571	27 502	25 573 ▲	24 749 ▲
(3) Gastos com o pessoal s/ indemnizações	mEur	2 769	2 498	2 678	2 897	10 842	10 090 ▲	11 299 ▼
(4) Gastos Operacionais (GO) (1)+(2)+(3)	mEur	9 375	9 685	11 184	11 233	41 477	38 486 ▲	38 867 ▲
(5) Volume de Negócios (VN) ⁽²⁾	mEur	20 803	20 794	20 795	20 824	83 215	82 264 ▲	83 168 ▲
(6) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (4)/(5)	%	45%	47%	54%	54%	50%	47% ▲	47% ▲
(i) Gastos com deslocações e alojamento	mEur	20	28	38	37	124	137 ▼	86 ▲
(ii) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	1	4	0	4	9	10 ▼	12 ▼
(iii) Gastos com a frota automóvel ⁽³⁾⁽⁴⁾	mEur	190	191	204	172	757	755 ▲	741 ▲
(6) Total = (i) + (ii) + (iii)	mEur	211	223	243	212	890	902 ▼	839 ▲
(7) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	0	0	0	105	105	18 ▲	18 ▲
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	369	374	376	378	378	372 ▲	378 =
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	9	9	9	9	9	9 =	10 ▼
N.º Cargos de Direção (CD)	Unid.	6	6	6	6	6	6 =	6 =
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	Unid.	354	359	361	363	363	357 ▲	362 ▲
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	59	60	60	61	61	60 ▲	60 ▲
Número de viaturas	Unid.	144	144	144	144	144	144 =	147 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

³ Valores recalculados.

⁴ Adoção da IFRS 16 em 2019.

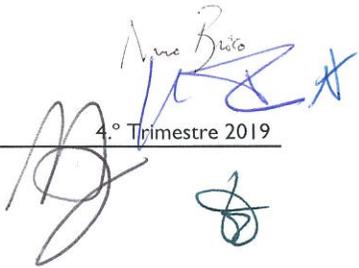
EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Nos termos do n.º7 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO2019), apresenta-se a evolução dos gastos operacionais face período homólogo e ao orçamento aprovado pela Tutela para 2019 (PAO2019).

A análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2019, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais, constante do relatório e contas da Empresa.

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

4.º Trimestre 2019


Ficha 1 - Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

Ficha 2 - Fornecimento e montagem de tamisadores para os subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas

Ficha 3 - Construção dos emissários gravíticos do subsistema do Carvalhal

Ficha 4 - Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira - Fase II

Ficha 5 - Construção dos sistemas elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Beneficiação da ETAR de Beírolas - Fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

Mês a que se refere a ficha

dez/19

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

nov/18

Estimativa atual do valor total da obra

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

5 344 (milhares de euros)

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

3 005 (milhares de euros)

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

56%

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

1 (meses)

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

-1 (meses)

Desvio temporal atual total face ao planeado

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

0 (meses)

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos salienta-se:

- Continuação dos trabalhos de escavação e execução da estrutura no poço de grossos e estação elevatória da linha de tempo húmido.
- Montagem, substituição e colocação em serviço do transformador e do quadro geral de alimentação de todo o tratamento preliminar.
- Montagem do quadro elétrico de força motriz e comando da obra de entrada.
- Continuação da construção do órgão do tratamento físico-químico e do desarenador de pista com colocação de equipamentos, nomeadamente comportas, agitadores, tubagens.
- Montagem, substituição e colocação em serviço da ponte do decantador primário Sul que permitiu a montagem da estrutura da cobertura para a desodorização.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

- (milhares de euros)

FICHA DE FECHO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de fecho

set/19

Mês em que a empresa e o empreiteiro assinaram a conta final da obra

Mês de começo da contagem do tempo

mai/19

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra foi posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincidiu naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo foi o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estivesse suspensa, o mês real da retoma).

Valor final da obra

1 010

(milhares de euros)

Valor total final da empreitada, considerando a totalidade da sua duração, nos termos da conta final da obra

Desvio do valor final da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total final da obra e o valor total planeado.

Desvio temporal do início da obra face ao planeado

6 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-7 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado exclusivamente para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data de fecho com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal total face ao planeado

-1 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A obra encontra-se concluída, tendo sido efetuada a substituição dos tamisadores e grades mecânicos previstos nos Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas.

Não existem aspetos relevantes a destacar.

Salienta-se apenas que se verificou um ligeiro atraso na data de início de faturação real em relação ao previsto, apesar disso foi possível antecipar a conclusão da empreitada.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento da fase final da obra, principais constrangimentos e dificuldades

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissários gravíticos do subsistema do Carvalhal

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/19

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

out/18

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

967

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

913

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

94%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

0

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

6

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

6

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A empreitada está fisicamente concluída, tendo sido executados 2,5 km de emissários e a estação elevatória de Meã.

Destaca-se o ligeiro desvio de prazo que se ficou a dever às dificuldades na obtenção e disponibilização de terrenos entretanto solucionada.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização)

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Ana Rita" and a signature.

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira- Fase II

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/19

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

nov/18

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 118

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

758

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

68%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

1

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-1

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

0

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Estão executados cerca de 2,5 km dos emissários previstos no âmbito da empreitada e atualmente encontram-se ainda por executar cerca de 1,2 km de emissários/conduitas elevatórias. Por lapso na ficha do 3ºT foi reportado um valor de extensão executada incorreto.

Da estação elevatória de São Lourenço foi já executada a totalidade da estrutura e rebocos interiores e exteriores;

A estação elevatória de Casais de São Lourenço, possui já as câmaras instaladas, órgãos de controlo hidráulico e caminhos de cabos de potência e comando.

Encontram-se já encomendados todos os equipamentos dessas duas estações elevatórias e foram já iniciados os trabalhos de montagem de equipamentos na estação elevatória de Casais de São Lourenço.

Iniciaram-se os trabalhos de instalação do emissário B (estrada nacional 247). Salienta-se que parte das frentes de trabalhos estiveram condicionadas na época balnear (1 de Maio a 30 de Setembro).

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização)

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/19

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

mai/19

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

870

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-1%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

648

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

74%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

1

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-2

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

-1

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Atualmente estão executados todas as condutas elevatórias e emissários gravíticos previstos que representam uma extensão de 5,5 km, bem como as 4 estações elevatórias.

Em termos de constrangimentos salienta-se o atraso do fornecimento de tubagens e o início das pavimentações.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a comparticipação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

A
h.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO QUARTO TRIMESTRE DE 2019 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do quarto trimestre de 2019 (doravante designado por REO 4T 19), aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2020. *Ans*
2. O REO 4T 19 em análise pelo Conselho Fiscal, apresenta os seguintes factos que condicionam as nossas conclusões:
- A versão do PAO de 2019, utilizado pelo Conselho de Administração, para a apresentação deste REO 4T 19, já se encontra aprovada pela Tutela, mas ainda não foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas;
 - O PAO de 2019 incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual.
 - O PAO de 2019 a 31 de dezembro de 2019, não contempla os impactos da adoção pela primeira vez, em 2019, da Norma Internacional de Contabilidade nº 16 (Locações).
 - Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro de 2020, para aprovação, o valor do Desvio de Recuperação de Gastos inscrito na execução de 2019. Nesta data, o montante do desvio ainda não foi totalmente aceite pela ERSAR, sendo que se encontra em curso nesta data, o processo referente ao contraditório por parte da AdTA.
3. Os montantes apresentados na execução de 2019, à data deste nosso relatório, já se encontram auditados pelo Revisor Oficial de Contas, o qual emitiu em 16 de março de 2020 uma Certificação Legal de Contas sem reservas, sem ênfases e contemplando algumas matérias relevantes.

Al.
Ans

RESPONSABILIDADES

4. Nos termos do disposto no artigo 25.º, nºs 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
5. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 4T 19 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do quarto trimestre de 2019, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) na data deste nosso relatório, analisamos o conteúdo dos seguintes relatórios emitidos pelo revisor Oficial de Contas da AdTA: (i) "*Certificação Legal das Contas do ano de 2019*" e "*Relatório Adicional ao Conselho Fiscal do ano de 2019*", ambos emitidos em 16 de março de 2020 e o "*Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2019*", emitido em 21 de abril de 2020.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6. O REO 4T 19, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira ("Balanço") e na Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A

h.

Stros

<u>Em mEuros</u>	<u>4º trimestre de 2019 (Acumulado)</u>				<u>Desvio absoluto</u>
	<u>Real</u>	<u>%</u>	<u>PAO 2019</u>	<u>%</u>	
Demonstração da Posição financeira					
Ativo não corrente	516 311	82%	540 261	86%	(23 950)
Ativo corrente	112 746	18%	90 834	14%	21 912
Total do ativo	629 057	100%	631 095	100%	(2 038)
Capitais próprios	115 904	18%	117 576	19%	(1 672)
Passivo não corrente	486 491	77%	484 961	77%	1 530
Passivo corrente	26 662	4%	28 558	5%	(1 896)
Total do passivo	513 153	82%	513 519	81%	(366)
Total dos capitais próprios e passivo	629 057	100%	631 095	100%	(2 038)
Rácio de liquidez corrente	4		3		1
Rácio de autonomia financeira	18,4%		18,6%		-0,2 p.p.
Prazo médio de recebimentos	51		60		-9
Prazo médio de pagamentos	48		48		0

I. Comentários sobre as principais variações no “Ativo não corrente”:

a) Redução dos “Ativos Intangíveis” e “Ativos fixos tangíveis”, face ao previsto, no montante de 14.5 milhões de euros e 749 mil euros, respetivamente. Este facto, resulta, nomeadamente, da variável “investimento”, pois os montantes executados somente atingem 47% (43 % no último trimestre) do investimento previsto (em milhões de euros):

<u>Investimento</u>	<u>4º trimestre de 2019 (Acumulado)</u>				<u>Peso % do investimento real no PAO de 2019</u>
	<u>Real</u>	<u>%</u>	<u>PAO 2019</u>	<u>%</u>	
Saneamento	16 143	99%	33 502	97%	48%
Estrutura	86	1%	871	3%	10%
Totais	16 229	100%	34 373	100%	47%

b) Aumento de 1 milhão de euros, face ao previsto, na rubrica “Ativos sob direito de uso”, pois a Entidade não afetou orçamentação a esta rubrica.

c) Redução da rubrica “Desvio de recuperação de gastos”, face ao previsto, no montante de 980 mil euros: A Entidade continua a recuperar o défice tarifário acumulado de anos anteriores, através do superavit obtido para o ano de 2019 de 13 milhões de euros.

d) Redução na rubrica “Fundo de reconstituição de capital”, face ao previsto, no montante de 8.4 milhões de euros: Resulta da reclassificação deste montante para a rubrica “Disponibilidades” pois está previsto o seu reembolso em junho de 2020 (nota II c.).

e) Redução na rubrica “Impostos diferidos ativos”, face ao previsto, no montante de 746 mil de euros: Resulta, nomeadamente, da redução da taxa da derrama municipal que passou de 1.5% para 0.56%, sendo que este facto não foi contemplado no PAO de 2019.

f) Aumento de 771 mil euros, face ao previsto, na rubrica "Outros ativos não correntes", pois a Entidade não afetou orçamentação a esta rubrica sendo que o montante executado se refere a "Cobranças temporais" de clientes (Águas de Alenquer e Município de Sobral de Monte Agraço).

A

h.

II. Comentários sobre as principais variações no "Ativo corrente":

a) Aumento na rubrica "Inventários", face ao previsto, no montante de 1.4 milhões de euros: Em 2019 foi alterada a classificação das peças de manutenção por consumir, passando da rubrica "Outros ativos correntes" para a rubrica "Inventários". Esta reclassificação não foi tida em conta no orçamento aprovado relativo ao PAO de 2019.

h

b) Redução na rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 3.1 milhões de euros: Esta variação resulta da antecipação no final de 2019 do recebimento de alguns municípios com expressão nos valores faturados, facto que não estava previsto.

c) Redução na rubrica "Apoios à Tesouraria da AdP SGPS" e aumento na rubrica "Disponibilidades", face ao previsto, nos montantes de 26.6 milhões de euros e 47.3 milhões de euros, respetivamente: Em parte estas variações estão interligadas, pois na previsão efetuada estava considerado um "Stock" de empréstimos concedidos à Adp SGPS no montante de 40.6 milhões, enquanto na execução esse "stock" somente ascendeu a 14 milhões de euros, sendo que este facto, além dos atrasos no investimento, face ao previsto, originaram uma variação favorável nas disponibilidades da Entidade. Acresce ainda que contribui para esta variação o referido na nota 1. d. acima., além da redução do prazo médio de recebimentos.

d) Aumento da rubrica "Outros ativos correntes", face ao previsto, no montante de 1.6 milhões de euros: Esta variação resulta de operações que não foram considerados para efeitos de orçamentação:

<u>Em mEuros</u>	<u>4º trimestre de 2019</u>		<u>Desvio absoluto</u>
	<u>(Acumulado)</u>		
<u>Descrição</u>	<u>Real</u>	<u>PAO 2019</u>	
Adiantamentos a fornecedores	20		20
Outros devedores	940		940
Acréscimos de rendimentos	315		315
Gastos a reconhecer	345		345
Total	1 620		1 620

A
h.
Kno

III. Comentários sobre as principais variações nos “Capitais próprios”:

A redução dos capitais próprios, face ao previsto, no montante de 1.7 milhão de euros: Esta variação, resulta do desvio apresentado no “Resultado líquido” do ano de 2019, explicado pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos mais spread (3.75%), face à taxa de juro mais spread orçamentado (5.20%).

IV. Comentários sobre as principais variações no “Passivo”

- a) Redução da execução da rubrica “Empréstimos obtidos” de exigibilidade corrente e não corrente, no montante global de 866 mil euros, a que se deve maioritariamente a uma maior amortização do serviço da dívida, comparativamente com o previsto.
- b) Aumento de 1.1 milhões de euros, face ao previsto, na rubrica “Passivos de locação”, pois a Entidade não afetou orçamentação a esta rubrica.
- c) Aumento da rubrica “Amortizações de investimento futuro”, face ao previsto, no montante de 3.9 milhões euros: Nesta rubrica são reconhecidas as amortizações acumuladas anuais do investimento contratual, as quais são transferidas para a rubrica “Ativos intangíveis – amortizações acumuladas”, sempre que ocorre investimento executado. Assim, considerando o comportamento da variável “investimento” quanto à sua execução e previsão, conforme referido na (nota I a. acima), a variação nesta rubrica fica explicada.
- d) Redução da rubrica “Impostos diferidos passivos”, face ao previsto, no montante de 1.2 milhões de euros: Além de considerar o efeito referido na nota I b) acima, esta redução resulta da variação, face ao orçamento, do desvio de recuperação de gastos.
- e) Redução da rubrica “Fornecedores”, face ao previsto, no montante de 1.4 milhões de euros: A Entidade em função de um menor investimento, de uma maior liquidez e por forma a garantir subcontratação de serviços, que cada vez se demonstram mais difíceis de obter, encontra-se a realizar os pagamentos de forma mais atempada, sendo que em termos de prazos médios de pagamento face ao previsto não existem divergências assinaláveis, o mesmo não acontecendo se compararmos com o indicador do período homologado, em que o PMP reduz cerca de 10 dias.
- f) Aumento da rubrica “Outros passivos correntes”, face ao previsto, no montante de 1.2 milhões euros, tem o seguinte detalhe.

<u>Em mEuros</u>	<u>4º trimestre de 2019 (Acumulado)</u>		<u>Desvio absoluto</u>
	<u>Real</u>	<u>PAO 2019</u>	
<u>Descrição</u>			
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 359	565	794
Outros acréscimos e diferimentos	2 174	2 122	52
Componente tarifária acrescida	1 172	245	927
Cauções a fornecedores e outras	32	825	-793
Outros	1 067	809	258
Total	5 804	4 566	1 238

g) A redução da rubrica “Estado”, face ao previsto, no montante de 4 milhões euros. Esta redução resulta, nomeadamente, do facto dos pagamentos por conta e retenções previstos ascenderem a 2.07 milhões de euros enquanto que no real estas rubricas ascendem a 5.4 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<u>Em mEuros</u>	<u>4º trimestre de 2019 (Acumulado)</u>		<u>Desvio absoluto</u>
	<u>Real</u>	<u>PAO 2019</u>	
Demonstração dos resultados			
Vendas	30		30
Prestação de serviços (saneamento)	83 186	83 168	18
Serviços de construção (IFRIC 12) - réditos	14 664	33 502	(18 838)
Défice / (Superavit) tarifário	(13 083)	(12 104)	(979)
Volume de negócios	84 797	104 566	(19 769)
Custo das vendas / variação de inventário	(3 132)	(2 820)	(312)
Fornecimento e serviços externos	(27 502)	(24 749)	(2 753)
Serviços de construção (IFRIC 12) - gasto	(14 664)	(33 502)	18 838
Gastos com pessoal	(10 842)	(11 299)	457
Amortizações	(20 345)	(20 323)	(22)
Outros gastos e perdas operacionais	(780)	(691)	(89)
Subsídios	4 745	4 721	24
Outros rendimentos e ganhos operacionais	505	536	(31)
Total dos gastos operacionais (GO) sem IFRIC 12	(62 601)	(59 882)	(2 719)
Resultados operacionais	12 782	16 439	(3 657)
Resultados financeiros	(6 992)	(7 324)	332
Impostos	(1 512)	(3 165)	1 653
Resultado líquido do período	4 278	5 950	(1 672)
Volume de negócios	83 216	83 168	48
PRC = (Custo das vendas + FSE + Gastos com pessoal)/Volume de negócios corrigido	50%	47%	3 p.p
EBITDA = RO + DRG + AMORT - SUBS	41 458	44 145	(2 687)
EBITDA/Volume de negócios	50%	53%	(3) p.p

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

- A
h.
Lms
- a) As prestações de serviços encontram em linha com o orçamento.
- b) Os serviços de construção civil (IFRIC 12) registam uma redução, face ao previsto, de 18 milhões de euros, em virtude do referido na nota l a) acima.
- c) O superavit tarifário do período regista uma variação favorável à Entidade de aproximadamente 1 milhão de euros, o qual se deve maioritariamente à redução da taxa de juro das OT a 10 anos, redução dos gastos com impostos e na contenção dos gastos com pessoal, face ao previsto.
- d) Os “Fornecimentos e serviços externos” face ao orçamento, apresentam um desvio desfavorável de 2.8 milhões de euros. As rubricas que mais contribuíram para este facto, estão associadas à conservação e reparação e ao tratamento de lamas.

Realce que o EBITDA obteve um desvio desfavorável, face ao previsto, de 2.7 milhões de euros, para o qual contribui o comportamento desfavorável dos encargos suportados com a rubrica “Fornecimento e serviços externos”.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Eficiência operacional	4º trimestre de 2019 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2019	
PRC %: (i) / (ii)	50%	47%	3
i) Gastos operacionais			
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	3 132	2 820	312
Fornecimento e serviços externos (mEur)	27 502	24 749	2 753
Gastos com pessoal (mEur)	10 842	11 299	(457)
	41 476	38 868	2 608
ii) Volume de negócios ajustado (*)	83 216	83 168	48
OUTROS INDICADORES:			
Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	124	86	38
Gastos com ajudas de custo do pessoal (Meur)	9	12	-3
Gastos com a frota automóvel (mEur)	757	742	15
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult.(mEur)	105	18	87
Nº de pessoal	378	378	0
Nº de viaturas	144	147	-3

(*) excluindo DRG e IFRIC 12

A

Constata-se que os indicadores divulgados neste REO 4T 19, relativos às orientações legais executadas, comparativamente aos indicadores previstos, com exceção, dos indicadores (i) "Plano de redução de gastos operacionais (PRC)", (ii) "Gastos com deslocação e alojamento", (iii) "Gastos com frota automóvel" e (iv) "Gastos com estudos e pareceres/projetos", foram otimizados.

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2019

7. Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do quarto trimestre de 2019, com exceção dos factos referido na nota 2 acima e no ponto da "Eficiência operacional" acima, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

Lisboa, 22 de abril de 2020

Armando José de Sousa

Catarina Fins

Carlos Manuel Antunes

Armando José de Sousa

Catarina Alexandra Carvalho

Carlos Manuel Antunes

Resende

Fins

Bernardes

(Presidente)

(Vogal)

(Vogal)



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2019

Exmos. Senhores,

Introdução

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao quarto trimestre de 2019, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 4º trimestre de 2019”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

1 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

2 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

3 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, no que se refere aos seguintes aspetos:
- Deveres de informação previstos no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 141º da Lei n.º 71/2018;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho nº 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

4 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre os procedimentos realizados, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Entidade do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

- 5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 a 2), preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 4º trimestre de 2019”.
- 5.2 O montante de volume de negócios, no total de 84.797 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, apresenta uma diminuição face ao orçamento em cerca de 19% (19.769 milhares de euros), o que se prende essencialmente com o rédito associado à IFRIC 12, cujo montante orçamentado previa um investimento realizado superior ao que efetivamente ocorreu.

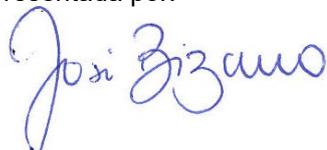
- 5.3 Os gastos operacionais, que totalizam 62.601 milhares de euros (excluindo o impacto dos serviços de construção – IFRIC 12) a 31 de dezembro de 2019, apresentam um aumento de 5% face ao montante orçamentado, devendo-se essencialmente aos seguintes aspetos:
- a) Os Fornecimentos e serviços externos, que totalizam 27.502 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, apresentam um aumento de cerca de 11% face ao montante em orçamento (2.753 milhares de euros). O desvio face ao orçamento é justificado pelo aumento dos custos com o tratamento de lamas e com conservação e reparação.
 - b) Os Gastos com pessoal totalizam 10.842 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, registando uma redução face ao orçamento de cerca de 4% (456 milhares de euros). O desvio é justificado pela tempestividade com que ocorreram as contratações de colaboradores face ao previsto em sede de orçamento.
- 5.4 Relativamente à demonstração da posição financeira, constata-se que as principais variações a relevar, foram essencialmente:
- a) Os Ativos intangíveis totalizam 447.216 milhares de euros a 31 de dezembro de 2019, 14.897 milhares de euros abaixo do valor previsto em sede de orçamento. Este desvio é justificado pelo facto essencialmente por atrasos na conclusão dos investimentos;
 - b) O fundo de reconstituição de capital não apresenta saldo a 31 de dezembro de 2019, o que representa uma variação de 8.447 milhares de euros face ao valor previsto em sede de orçamento. Esta situação justifica-se pela reclassificação das aplicações a prazo no IGCP com vencimento no segundo trimestre de 2020. Em virtude da sua liquidez e prazo de vencimento o montante está revelado na rubrica de Disponibilidades a 31 de dezembro de 2019;
 - c) O saldo de Outros ativos correntes a 31 de dezembro de 2019, apresenta um montante de 18.688 milhares de euros, sendo inferior em cerca de 54% face ao orçamento. Esta rubrica é constituída maioritariamente por ativos decorrentes de aplicações de tesouraria junto da AdP SGPS.
- 5.5 Com referência a 31 de dezembro de 2019, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, a Entidade apresenta um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 48 dias, verificando-se a diminuição de 10 dias face ao apresentado a 31 de dezembro de 2018. Considerando o definido na Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, a Entidade encontra-se em cumprimento relativamente a este objetivo. Conforme previsto no nº 2 do artigo 26º do Decreto-Lei 84/2019, a Entidade não apresenta as dívidas a fornecedores no sítio da internet, uma vez que o prazo médio de pagamentos é inferior a 60 dias.

- 5.6 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos pelo Decreto-Lei 84/2019, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento e plano de contratação de colaboradores.
- 5.7 No que respeita ao plano de redução de gastos operacionais, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade não se encontra a cumprir com a diminuição do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios. Conforme referido no “Relatório de Execução Orçamental – 4º trimestre de 2019”, a análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2019, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais, constante do relatório e contas da Entidade.
- 5.8 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.
- 5.9 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 135º da Lei n.º 144/2017, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário do exercício de 2019.
- 5.10 O orçamento não contempla os impactos da adoção pela primeira vez, em 2019, da Norma Internacional de Contabilidade nº 16 (Locações).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

21 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.